



LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ 07.746.953/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.S.as as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas. Parece do Comitê de Auditoria, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Auditores Atuariais Independentes. No exercício de 2022, a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 774 milhões e prêmios ganhos de R\$ 669 milhões, um crescimento de 7,8% e 10,8%, respectivamente, quando comparado ao ano de 2021. O lucro líquido no exercício atingiu R\$ 70,6 milhões, em linha com o resultado gerado no exercício anterior. Os ativos totais alcançaram R\$ 1,5 bilhões, um crescimento de 7,5% comparado com o ano anterior. A Seguradora tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas da parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em outros distribuíveis de exercícios anteriores, no entanto, os acionistas detêm poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros e reservas, observados os

limites do estatuto social e da legislação societária vigente. Em 31 de março de 2022 os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária pela distribuição de dividendos, pagos no 1º semestre de 2022. Para o próximo ano, devido à solidez financeira e às expectativas para a economia e para o setor a rentabilidade tende a estar em linha com o projetado, permitindo que a Seguradora continue honrando com os compromissos com todos os seus interlocutores e entregando a rentabilidade esperada pelos seus acionistas. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Luizaseg Seguros S.A.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2022 e 2021			(Em milhares de reais)		
	Nota	2022	2021		
ATIVO				PASSIVO	
Circulante		737.833	631.932	Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa		135	219	Contas a Pagar	
Caixa e bancos		135	219	Obrigações a pagar	10
Aplicações Financeiras	5	288.700	203.486	Impostos e encargos sociais a recolher	1.131
Créditos das Operações com Seguros		103	86	Encargos trabalhistas	558
Prêmios a receber	6	22	10	Impostos e contribuições	7.212
Outros créditos operacionais		81	76	Outras contas a pagar	7
Títulos e Créditos a Receber		3.045	6.447	Débitos das Operações com Seguros	
Títulos e créditos a receber		925	866	Prêmios a ressituir	238
Créditos tributários e previdenciários	7	2.034	5.526	Outros débitos operacionais	13
Outros créditos		86	55	Depósitos de Terceiros	
Despesas Antecipadas		413	68	Depósitos de terceiros	11
Operacionais		413	68	Provisões Técnicas - Seguros Danos	
Custos de Aquisição Diferidos		445.440	421.626	Provisão de prêmios não ganhos	12
Seguros	8	445.440	421.626	Provisão de sinistros a liquidar	6.099
Ativo não Circulante		793.160	788.236	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.001
Realizável a Longo Prazo		759.896	743.405	Provisão de despesas relacionadas	1.113
Aplicações Financeiras	5	406.491	427.881	Outros Débitos	
Títulos e Créditos a Receber		6.733	8.625	Passivos de arrendamento	101
Créditos tributários e previdenciários	7	6.733	8.625	Passivo não Circulante	
Outros Valores e Bens		218	76	Exigível a Longo Prazo	
Ativos de direito de uso		218	76	Contas a Pagar	7
Custos de Aquisição Diferidos		346.454	306.823	Tributos diferidos	64
Seguros	8	346.454	306.823	Provisões Técnicas - Seguros Danos	
Intangível		33.264	44.831	Provisão de prêmios não ganhos	12
Marcas e patentes		5	5	Outros Débitos	
Outros intangíveis		33.259	44.826	Provisões judiciais	18
				Passivos de arrendamento	128
				Patrimônio Líquido	
				Capital social	133.883
				Reservas de capital	50.000
				Reservas de lucros	63.433
				Ajuste com títulos e valores mobiliários	(9.414)
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	
Total do Ativo		1.530.996	1.420.168		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)					
	Nota	2022	2021		
Operações de seguros					
Prêmios emitidos líquidos	15.a	774.313	718.132		
Variação das provisões técnicas	15.a	(105.473)	(114.511)		
Prêmios Ganhos		15.b	668.840	603.621	
Sinistros ocorridos	15.a	(97.897)	(71.873)		
Custos de aquisição	15.a	(428.738)	(391.408)		
Outras receitas e despesas operacionais	15.c	(2.588)	(1.629)		
Despesas administrativas	15.d	(44.232)	(38.757)		
Despesas com tributos	15.e	(31.103)	(28.705)		
Resultado financeiro	15.f	55.074	53.712		
Resultado Operacional		119.356	124.961		
Ganhos com ativos não correntes			11		
Resultado Antes dos Impostos e Participações		119.356	124.972		
Imposto de Renda	16	(29.393)	(30.519)		
Contribuição Social	16	(18.509)	(22.047)		
Participações sobre o resultado		(803)	(783)		
Lucro Líquido do Exercício		70.651	71.623		
Quantidade de ações		133.883.372	133.883.372		
Lucro por ação (Reais)		0,53	0,26		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
(Em milhares de reais)					
	2022	2021		2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	70.651	71.623			
Ativos financeiros disponíveis para a venda	3.966	(24.327)			
Ajuste com títulos e valores mobiliários	6.610	(31.520)			
Efeito tributário	(2.644)	7.193			
Total do Resultado Abrangente	74.617	47.296			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
(Em milhares de reais)					
	2022	2021		2022	2021
Lucro líquido do exercício	70.651	71.623			
Ajustes para Depreciações e amortizações					
Variação nas Contas Patrimoniais	12.039	11.045			
Ativos financeiros	(59.858)	(56.937)			
Créditos das operações de seguros	(17)	-			
Títulos e créditos a receber	5.293	(5.501)			
Outros créditos operacionais	-	41			
Despesas antecipadas	(345)	(8)			
Custos de aquisição diferidos	(63.445)	(67.580)			
Formecedores e outras contas a pagar	(5.39)	(750)			
Impostos e contribuições	46.037	52.586			
Débitos de operações com seguros e resseguros	55	-			
Depósitos de terceiros	7.155	(7.413)			
Provisões técnicas - seguros e resseguros	104.399	114.470			
Outros débitos	781	(527)			
Impostos pagos sobre o lucro	(45.900)	(52.166)			
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	17.486	58.883			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo intangível	(378)	(100)			
Aquisição de outros valores e bens	(234)	-			
Atividade de Investimentos					
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos	(70.958)	(58.909)			
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento					
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	84	(203)			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	135	219			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas de lucros			
Em 31 de dezembro de 2020	133.883	50.000	9.200	44.861	-	10.948	-	248.892
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(24.328)	(24.328)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	71.623	71.623	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) de acordo com a Circular SUSEP 615/2020	-	-	-	-	(18)	-	(18)	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2021	-	-	-	(44.263)	-	-	(44.263)	-
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	-	53.717	-	-	(53.717)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,13 por ação)	-	-	-	-	-	(17.906)	(17.906)	-
Em 31 de dezembro de 2021	133.883	50.000	9.200	54.315	(18)	(13.380)	-	234.000
Em 31 de dezembro de 2021	133.883	50.000	9.200	54.315	(18)	(13.380)	-	234.000
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	3.966	3.966	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	70.651	70.651	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2022 e AGO 17/11/2022	-	-	-	(53.052)	-	-	(53.052)	-
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	-	52.988	-	-	(52.988)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,13 por ação)	-	-	-	-	-	(17.663)	(17.663)	-
Em 31 de dezembro de 2022	133.883	50.000	9.200	54.251	(18)	(9.414)	-	237.902

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Luizaseg Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, resultante da associação entre o Grupo BNP Paribas Cardif e as Lojas Magazine Luiza. Está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 6º andar, na Cidade de São Paulo/SP. Constituída em 02 de setembro de 2005, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pela SUSEP a operar nos seguros de ramos elementares, através da Portaria SUSEP nº 2.315 de 08 de dezembro de 2005, publicada no DOU em 09 de dezembro de 2005, e tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, como definidos pela legislação vigente em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos no ramo de extensão de garantia patrimonial. A Seguradora tem contrato firmado com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. e a NCVF Participações Societárias S.A., responsáveis pela prestação de serviços relacionados à gestão operacional e administrativa das operações da Luizaseg Seguros S.A. Os custos das operações são faturados conforme prestação dos serviços acordada entre as entidades. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 16/02/2023.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que consideram os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 648/2021, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no patrimônio líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo de mercado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão detalhadas na Nota 3. **2.2. Sinistros Ocorridos e Não Avisados:** Os critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios Não Ganhos relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotados pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.1.1. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados a valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **(a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado, são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados a valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Os ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como circulante ou não circulante observando as datas de vencimento dos ativos. **(c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ativo justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, sendo último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro", líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor

justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** (a) **Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **(b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia no final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4. Composição de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos federais (LTFs, LFTs, NTN's-B e NTN's-F), e títulos privados (LFs e debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a data de vencimento dos ativos financeiros e a intenção da Administração na negociação dos títulos. Conseqüentemente, para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Seguradora. **2.6. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que se referem a despesas relativas a competências futuras, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando a estimativa de utilização e realização dos custos envolvidos. **2.7. Arrendamentos:** A Seguradora possui contratos de arrendamento de veículos cujo prazo médio é de 36 meses. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantias de empréstimos. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso da Seguradora. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Seguradora estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativo de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI. A Seguradora não tem a intenção de prorrogar os contratos de arrendamento de veículos ou extinguir antes do término. **2.8. Ativo Intangível:** Ativo Intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Marcas e patentes; e • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econôm



→ continuação

LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ 07.746.953/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

que sejam mais competitivos frente à concorrência. O risco baseado em um contrato de seguro resulta de um acordo mantido entre a Seguradora e o tomador do seguro, sendo que a Seguradora recebe do tomador o prêmio correspondente ao risco que é transferido para a Seguradora, que concorda em compensar o tomador, segurado ou beneficiário, através de pagamentos em forma de indenização, quando da ocorrência de um acontecimento que afete adversamente o tomador, segurado ou beneficiário. Considerando que os contratos de seguro são adequadamente precificados através de modelos estatísticos, o risco transferido para a Seguradora é o de que os sinistros avisados excedam o valor esperado/provisonado. Isso ocorre em função da frequência e/ou da severidade dos sinistros. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. **Estratégia de subscrição:** A subscrição é o processo de decisão quanto à aceitação ou rejeição do risco pela Seguradora, também conhecido como "underwriting" ou análise de risco. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e pode se basear no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida através da política interna de subscrição por tipo de cobertura comercializada definida pela Matriz (Matriz da Seguradora Cardif, situada na França) e que define as práticas permitidas ou excluídas por tipo de risco e tipo de produto, as regras de aceitação, riscos cobertos e excluídos, limites de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenizáveis, os períodos de carência e franquias aplicáveis, canais de distribuição e demais orientações. Existe uma "Global Guideline" para cada cobertura comercializada. **Exposição de risco individual:** A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco por contrato de seguro em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Ramo	Em milhares de reais	
	(Importância segura)	(Importância segura)
Extensão de garantia patrimonial	RS 114	RS 100
Exposição máxima ao risco 31/12/2022		
Exposição máxima ao risco 31/12/2021		

Gerenciamento de riscos de seguro: O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) casamento de ativos e passivos. Além disso, o TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. O risco de seguro de danos resulta de: **Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;** **Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;** e **Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.** A natureza dos seguros subscritos é de média duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. **Resultados do teste de sensibilidade** Os resultados do teste de sensibilidade abaixo demonstrados, representam o impacto em uma base razoável de mudança esperada das premissas atuárias.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros e retorno de investimento	O impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ± 2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permitiu observar mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros fixos utilizados como respaldo.

Índices de sinistralidade O impacto de uma mudança na taxa de sinistralidade de 10% sobre a taxa atuarial.

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2022	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade (%)
	2%	-2%	10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	12.796	(11.493)	(9.796)
Impacto sobre o patrimônio líquido	7.677	(8.783)	(5.878)

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2021	Taxa de juros	Taxa de juros	Sinistralidade (%)
	2%	-2%	10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	11.488	(14.493)	(7.239)
Impacto sobre o patrimônio líquido	6.893	(6.896)	(4.343)

(i) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de -10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima.

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, implicando maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocorrência em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de riscos visa gerar uma exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração da Seguradora de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observáveis. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa. **Concentração de riscos:** Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios emitidos líquidos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Ramo	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total
Extensão de garantias	348.366	176.627	43.647	178.199	27.474	774.313
Total	348.366	176.627	43.647	178.199	27.474	774.313

Ramo	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total
Extensão de garantias	323.817	188.069	37.720	146.237	22.289	718.132
Total	323.817	188.069	37.720	146.237	22.289	718.132

(b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado a operação de seguro da Seguradora está integralmente concentrado nos nossos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo segurado. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seu parceiro comercial, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por rating de crédito divulgados por agências renomadas de rating (Standard & Poor's, Fitch Ratings Brasil e Moody's). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores relativos a investimento em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de Dezembro de 2022	AAA	AA+	AA	Sem rating	consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	135	-	-	-	135
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	140.985	140.985
Títulos de renda fixa privados	21.471	-	19.334	-	40.805
Títulos de renda fixa públicos	513.401	-	-	-	513.401
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	22	22
Exposição máxima ao risco de crédito	535.007	-	19.334	141.007	695.348

(c) Risco de liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo e de alta liquidez, para cobrir eventuais cenários de stress. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gestão de ativos e passivos (Asset and Liability Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar as divergências dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2022							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos abertos	140.985	-	-	-	-	-	140.985
Ativos financeiros disponíveis para a venda							
Títulos de renda fixa privados	12.831	17.614	231	2.287	4.739	3.103	40.805
Títulos de renda fixa públicos	29.368	85.384	-	-	127.668	270.981	513.401
Créditos das operações com seguros							
Prêmios a receber de seguros	103	-	-	-	-	-	103
Caixa e equivalentes de caixa	135	-	-	-	-	-	135
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	791.894
Total dos ativos financeiros	163.422	102.998	231	2.287	132.407	274.084	791.894
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	1.250.923
Passivos financeiros							
Obrigações a pagar	21.596	-	-	-	-	-	21.596
Impostos, contribuições e encargos sociais	8.343	-	-	-	-	-	8.343
Débitos de operações com seguros	251	-	-	-	-	-	251
Encargos trabalhistas	558	-	-	-	-	-	558
Depósitos de terceiros	7.174	-	-	-	-	-	7.174
Passivos de Arrendamento	24	25	26	26	88	40	229
Total dos passivos financeiros	37.946	25	26	26	88	40	1.250.923

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2021							
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos abertos	89.650	-	-	-	-	-	89.650
Ativos financeiros disponíveis para a venda							
Títulos de renda fixa privados	-	6.524	-	7.155	29.555	8.920	52.154
Títulos de renda fixa públicos	-	-	100.157	-	144.725	244.681	489.563
Créditos das operações com seguros							
Prêmios a receber de seguros	10	-	-	-	-	-	10
Caixa e equivalentes de caixa	219	-	-	-	-	-	219
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	728.449
Total dos ativos financeiros	89.879	6.524	100.157	7.155	174.280	253.601	728.449
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	1.146.524
Passivos financeiros							
Obrigações a pagar	21.555	-	-	-	-	-	21.555
Impostos, contribuições e encargos sociais	14.021	-	-	-	-	-	14.021
Débitos de operações com seguros	196	-	-	-	-	-	196
Encargos trabalhistas	482	-	-	-	-	-	482
Depósitos de terceiros	19	-	-	-	-	-	19
Passivos de Arrendamento	24	15	6	7	28	2	84
Total dos passivos financeiros	36.297	15	6	7	28	2	1.146.524

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. **(d) Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. **(e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **(f) Gestão de capital:** A gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (CMR). Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, o CMR para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capitais mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 14 com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço. Os níveis de evidenciamento do valor justo dos títulos foram apresentados seguindo as seguintes definições: **Nível 1** - títulos com cotação em mercado ativo; **Nível 2** - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e **Nível 3** - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. A Seguradora não detém títulos que obedecem a essa definição.

Títulos	Nível	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Valor de referência	Ajuste da avaliação em mercado
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado (ii)		140.985	-	-	140.985	20%	140.985	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	Nível 2	140.985	-	-	140.985	100%	140.985	-
Títulos disponíveis para a venda		19.812	125.385	2.518	406.491	80%	569.896	(15.690)
Títulos de renda fixa privados	Nível 2	-	30.445	2.518	7.842	40.805	40.905	(100)
Títulos de renda fixa públicos	Nível 1	19.812	94.940	-	398.649	513.401	528.991	(15.590)
Total em 31 de dezembro de 2022		160.797	125.385	2.518	406.491	695.191	100%	710.881
Total em 31 de dezembro de 2021		89.650	6.524	107.312	427.881	631.367	100%	653.666

(i) Representa o valor do custo amortizado atualizado para os títulos e valores mobiliários; e (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Aplicações	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2022
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	89.650	252.658	14,096	-	(215.419)	140.985
Títulos de renda fixa privados (c)	52.154	-	6,231	(199)	(17.381)	40.805
Títulos de renda fixa públicos (b)	489.563	429.048	34,110	6,809	(446.129)	513.401
Total	631.367	681.706	54,437	6,610	(678.929)	695.191

Aplicações	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2022
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	97.120	377.946	4,244	-	(389.653)	89.650
Certificado de depósito bancário (c)	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda fixa privados (c)	41.066	28.963	3,075	(44)	(20.906)	52.154
Títulos de renda fixa públicos (b)	460.578	269.833	46,134	(40.502)	(246.480)	489.563
Total	598.757	676.742	53,453	(40,546)	(657,039)	631,367

(a) As quotas de fundos de investimentos abertos foram valorizados com base no valor da quota divulgada pelos administradores do fundo na data do balanço, não sendo aplicável uma taxa de juros contratada. (b) O valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LTNs, LFTs, NTN-B e NTN-F) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). No quadro abaixo é demonstrada a taxa contratada ao ano por título em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021:

Títulos públicos	Taxa de juros contratada a.a. em 31 de dezembro de 2022	Taxa de juros contratada a.a. em 31 de dezembro de 2021
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	11,21% a.a.	9,11% a.a.
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	100% Selic	100% Selic
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	IPCA + 5,24% a.a.	IPCA + 3,56% a.a.
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	10,48% a.a.	7,10% a.a.

(c) Os títulos de renda fixa privados (LF's e debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos. No quadro abaixo é demonstrada a taxa contratada ao ano por título em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021:

Títulos privados	Taxa de juros contratada a.a. em 31 de dezembro de 2022	Taxa de juros contratada a.a. em 31 de dezembro de 2021
Letra Financeira (LF)	CDI + 1,25% a.a.	CDI + 1,20% a.a.
Debêntures	IPCA + 3,33% a.a./ CDI + 1,40% a.a.	IPCA + 3,33% a.a./ CDI + 1,60% a.a.

Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)

12. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS DANOS

	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		Provisão de despesas relacionadas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Extensão de garantia patrimonial	1.241.710	1.136.238	6.099	7.256	2.001	1.851	1.113	1.179
Circulante	697.220	656.632	6.099	7.256	2.001	1.851	1.113	1.179
Não circulante	544.490	479.606	-	-	-	-	-	-
Total	1.							



LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ 07.746.953/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Ramo de atuação: A Seguradora opera somente com o ramo de extensão de garantia patrimonial.		Extensão de garantia patrimonial	
	2022	2021	
Prêmios emitidos líquidos	774.313	718.132	
Varição das provisões técnicas	(105.473)	(114.511)	
Sinistros ocorridos	(97.897)	(71.873)	
Costos de aquisição	(428.738)	(391.408)	
b) Índice de sinistralidade e comercialização:			
	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
	2022	2021	2022
Extensão de garantia patrimonial	668.840	603.621	15%
Na modalidade extensão de garantia patrimonial os prêmios e custos de aquisição são reconhecidos no resultado somente após o término de garantia do fabricante. c) Outras receitas e despesas operacionais			
	2022	2021	
Despesa com administração de apólices	(1.968)	(1.271)	
Despesa/reversão com contingência	(632)	(367)	
Outras receitas operacionais	12	9	
Total	(2.588)	(1.629)	
d) Despesas administrativas:			
	2022	2021	
Pessoal próprio	(8.042)	(7.045)	
Serviços de terceiros	(4.165)	(3.345)	
Localização e funcionamento	(14.948)	(13.364)	
Despesas com títulos de capitalização	(3.326)	(3.405)	
Outras despesas administrativas	(13.751)	(11.598)	
Total	(44.232)	(38.757)	
e) Despesas com tributos:			
	2022	2021	
Impostos municipais	(81)	(83)	
PIS	(4.058)	(3.756)	
COFINS	(24.971)	(23.114)	
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.909)	(1.675)	
Outras despesas com tributos	(84)	(77)	
Total	(31.103)	(28.705)	
f) Resultado financeiro:			
	2022	2021	
Receitas financeiras	67.669	56.466	
Quotas de fundos de investimentos abertos	14.096	4.244	
Certificado de depósito bancário	-	185	
Títulos de renda fixa privados	6.231	2.890	
Títulos de renda fixa públicos	46.558	48.774	
Outras receitas financeiras	784	373	
Despesas financeiras	(12.595)	(2.754)	
Títulos de renda fixa públicos	(12.448)	(2.640)	
Outras despesas financeiras	(147)	(114)	
Total	55.074	53.712	

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2022	2021	2022	2021
Exclusões				
Ajustes permanentes	(4.000)	(4.000)	(4.000)	(4.000)
Ajustes temporários	(1.184)	(1.289)	(1.236)	(2.436)
Base de cálculo	120.928	124.354	120.928	124.355
Alíquotas (15% IR/CS)	(18.138)	(18.653)	(18.647)	(22.017)
Dedução PAT (4%)	80	94	-	-
Dedução licença maternidade	-	-	-	-
Doações	501	500	-	-
Adicional 10% IR (acima de R\$ 240)	(12.067)	(12.412)	-	-
Imposto corrente do exercício	(29.624)	(30.471)	(18.647)	(22.017)
Diferenças temporárias (líquidas)	231	(48)	138	(30)
Despesa de IR e CS no resultado	(29.393)	(30.519)	(18.509)	(22.047)

17. PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Magazine Luiza S.A. (ii)	22	10	22	10
Total	22	10	22	10
Passivo				
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	852	799	852	799
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	354	474	354	474
NCVP Participações Societárias S.A. (i)	7	9	7	9
Magazine Luiza S.A. (ii)	13	6	13	6
Total	1.226	1.288	1.226	1.288
Despesa				
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	(9.951)	(8.708)	(9.951)	(8.708)
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	(3.888)	(3.319)	(3.888)	(3.319)
NCVP Participações Societárias S.A. (i)	(70)	(73)	(70)	(73)
Magazine Luiza S.A. (ii)	(482.221)	(458.772)	(482.221)	(458.772)
Total	(496.130)	(470.872)	(496.130)	(470.872)

(i) As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. compreendem ressarcimentos de custos administrativos e operacionais; e (ii) As transações com a Magazine Luiza S.A. compreendem agenciamento na distribuição de seguros de garantia estendida. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo no montante de R\$ 9.233 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.295 em 31 de dezembro de 2021). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

18. PROVISÕES JUDICIAIS

Sinistros a liquidar judicial: Em 31 de dezembro de 2022 a Seguradora responde por 348 (374 em 31 de dezembro de 2021) ações judiciais movidas por segurados em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. A Seguradora registrou uma provisão de R\$ 243 (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2021) classificada na rubrica "provisão de sinistros a liquidar". Para garantia da liquidação das ações, em certas oportunidades é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. A Seguradora não tem registrado nenhum montante de sinistros classificados como "possíveis" em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 250 em 31 de dezembro de 2021). A provisão foi reconhecida baseada na avaliação dos assessores jurídicos quanto à probabilidade de que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, com vistas a cobrir eventuais pagamentos que sejam devidos em função da resolução final dos processos judiciais. A Administração da Seguradora entende que a provisão constituída é suficiente para atender eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais. **Cíveis não relacionadas a sinistros:** As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com

ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. Em 31 de dezembro de 2022 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 317 na rubrica "provisões cíveis" (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2021). **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas foram propostas, em geral, por ex-funcionários da Seguradora que pleiteiam o recebimento de indenizações. Periodicamente a assessoria jurídica interna e externa avalia os valores e a probabilidade de perda das causas. Em 31 de dezembro de 2022 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 3.481 na rubrica "provisões judiciais trabalhistas" (R\$ 2.641 em 31 de dezembro de 2021). **a) Evolução das provisões judiciais:** Demonstramos abaixo a tabela de evolução das provisões judiciais registradas pela Seguradora:

	Provisões cíveis		Provisões trabalhistas		Provisão de sinistros a liquidar	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do início do exercício	521	585	2.641	3.062	408	322
(+) Constituições no período	251	422	-	-	303	344
(-) Pagas no período corrente e que se encontram provisionadas	(725)	(428)	-	(1467)	(767)	(327)
(-) Baixa da provisão por êxito (+/-) Alteração de estimativas ou probabilidades	(168)	(362)	-	(1)	(105)	(183)
(+/-) Atualização monetária e juros	373	246	437	862	355	128
Saldo final do exercício	317	521	3.481	2.641	243	408

b) Probabilidade de perda das provisões judiciais	Não relacionadas a sinistro		Relacionadas a sinistro	
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	244	3.186	3.798	185
Possível	218	3.287	-	142
Remota	41	648	-	21
Total	503	7.121	3.798	348

c) Probabilidade de perda das provisões judiciais	Não relacionadas a sinistro		Relacionadas a sinistro	
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	163	2.013	2.806	134
Possível	307	3.587	353	213
Remota	63	1.106	3	27
Total	533	6.706	3.162	374

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Seguros - A Seguradora mantém apólices de seguros multirriscos, responsabilidade civil geral em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. **(b) Participação nos lucros -** A Seguradora possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários e sindicato da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "obrigações a pagar", no valor de R\$ 849 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 863 em 31 de dezembro de 2021). **(c) Derivativos e outros -** Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos ou títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **(d) Comitê de Auditoria -** Em cumprimento a Circular SUSEP nº 648/2021 e Resolução CNSP nº 432/2021, essas demonstrações financeiras foram apresentadas ao Comitê de Auditoria em reunião em 16 de fevereiro de 2023, tendo sido aprovadas sem ressalvas. **(e) Eventos subsequentes -** Não foram identificados outros eventos subsequentes relevantes a serem reportados.

16. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (após as participações aos empregados)	118.553	124.189	118.553	124.189
Adições				
Ajustes permanentes	5.449	4.362	5.449	4.362
Ajustes temporários	2.110	1.092	2.162	2.240

DIRETORIA	ATUÁRIO	CONTADORA
Sheynna Hakim Rossignol - Diretora Presidente	Renato Alessandri Alves de Oliveira - Diretor Financeiro e Atuarial	Nivandro Lucas S. Alves de Oliveira - MIBA 2229
		Daniela Sayuri Yamashita - CRC 1SP220901/O-3

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Luizaseg Seguros S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 432 de 12/11/2021. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do Comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2022, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da Administração da Companhia. No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externa independente e

interna do Grupo BNP Paribas, bem como do sistema de controles da companhia. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa independente, bem como com os atuários da companhia, e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da companhia referentes a 31 de dezembro de 2022, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis

adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Membros:
Regivaldo Dalle mole
Manuel Lepe
Miriam Assis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Luizaseg Seguros S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Luizaseg Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luizaseg Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Existência e mensuração dos ativos garantidores das Provisões técnicas de seguros (Notas 2.4, 5 e 12.c):** Em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora possui aplicações financeiras que são mantidas em quotas de fundos de investimento e títulos de renda fixa públicos e privados, que são oferecidos em cobertura das provisões técnicas de seguros. As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor das quotas dos fundos de investimento disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos; no caso dos títulos públicos, com base nos preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e, no caso dos títulos privados de renda fixa, a mensuração é obtida, principalmente, por cotação de mercado. Para os títulos de renda fixa sem cotação de mercado foram utilizados modelos construídos com dados observáveis de mercado. A existência dos títulos de renda fixa é assegurada por meio de conciliações com as informações dos órgãos custodiantes no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e/ou B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Já para as quotas de fundos de investimento, a administração utiliza os extratos dos fundos investidos, emitidos pelos respectivos administradores. Considerando a relevância dessas aplicações financeiras no contexto das demonstrações financeiras da Seguradora, a sua existência e sua mensuração continuaram a ser consideradas áreas de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização do entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das aplicações financeiras. Testamos a existência das aplicações financeiras através do confronto das informações da posição de ativos em reserva técnica da Seguradora com os extratos de custódia emitidos pelos respectivos órgãos custodiantes. Adicionalmente, testamos, em base amostral, a existência das movimentações de aplicações, resgates, compras e vendas de ativos financeiros por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras. Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em quotas dos fundos de investimento com o valor da quota disponibilizado pelo administrador do fundo investido e executamos a valorização dessas aplicações financeiras. Quando apropriado, obtivemos o relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras disponíveis do fundo e analisamos se havia alguma modificação nos relatórios dos auditores com impacto relevante nas demonstrações finan-

ceiras do fundo de investimento, a fim de avaliar eventual impacto nos registros contábeis desses ativos na Seguradora. Adicionalmente, para os títulos de renda fixa públicos e privados realizamos, em base amostral, a reexecução da valorização com base nos dados observáveis de mercado. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que

as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descreveremos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Caio Fernandes Arantes
Contador - CRC 1SP222767/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Luizaseg Seguros S.A. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Luizaseg Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada

com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e